

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À Administração da
Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Fase pré-operacional e Capital Circulante Negativo

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia, que ainda se encontra em fase pré-operacional, apresenta capital circulante líquido negativo de R\$12.766 mil na Controladora e R\$19.082 mil no Consolidado em 31 de dezembro de 2023. Esse fator pode levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, a qual depende do cumprimento das ações e iniciativas planejadas pela Administração, bem como do suporte financeiro do acionista. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Giselle C. Teixeira Defavari
Contadora
CRC nº 1 SP 264857/O-6

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XXV S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022		
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	5	17.025	554	18.510	554	Fornecedores	11	23.037	537	29.002	537
Impostos correntes a recuperar	6	1.812	1	1.812	1	Obrigações tributárias	12	1.978	47	2.426	47
Outros ativos	7	280	32	399	33	Provisões diversas	13	832	1.095	832	1.095
Partes relacionadas	22	1.401	48	-	4	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	14	7.173	2.231	7.173	2.231
Total dos ativos circulantes		<u>20.518</u>	<u>635</u>	<u>20.721</u>	<u>592</u>	Passivos de arrendamentos	10	264	-	370	-
						Total dos passivos circulantes		<u>33.284</u>	<u>3.910</u>	<u>39.803</u>	<u>3.910</u>
NÃO CIRCULANTES						NÃO CIRCULANTES					
Outros ativos	7	-	8	-	8	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	14	536	-	536	-
Investimentos	8	105.257	-	-	-	Passivos de arrendamentos	10	1.138	-	27.585	-
Imobilizado	9	271.177	4.325	382.912	4.325	Provisões para perda em investimentos	8	-	43	-	-
Ativos de direto de uso	10	1.343	-	27.628	-	Total dos passivos não circulantes		<u>1.674</u>	<u>43</u>	<u>28.121</u>	<u>-</u>
Total dos ativos não circulantes		<u>377.777</u>	<u>4.333</u>	<u>410.540</u>	<u>4.333</u>						
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	15 a)	397.366	6.185	397.366	6.185
						Prejuízos acumulados		(34.029)	(5.170)	(34.029)	(5.170)
						Total do patrimônio líquido		<u>363.337</u>	<u>1.015</u>	<u>363.337</u>	<u>1.015</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>398.295</u>	<u>4.968</u>	<u>431.261</u>	<u>4.925</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO		<u>398.295</u>	<u>4.968</u>	<u>431.261</u>	<u>4.925</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XXV S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA LÍQUIDA	16	-	-	160	-
CUSTOS		-	-	(72)	-
RESULTADO BRUTO		-	-	88	-
Despesa com pessoal	17	(19.387)	(2.767)	(19.387)	(2.767)
Despesas administrativas	18	(4.724)	(2.300)	(4.977)	(2.345)
Depreciação	19	(399)	-	(700)	-
Equivalência patrimonial	8	(1.512)	(46)	-	(1)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(26.022)	(5.113)	(24.977)	(5.113)
Receitas financeiras	20	10.508	1	10.515	1
Despesas financeiras	20	(13.345)	(58)	(14.383)	(58)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(28.859)	(5.170)	(28.845)	(5.170)
Imposto de renda e contribuição social	21	-	-	(14)	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(28.859)	(5.170)	(28.859)	(5.170)
Prejuízos básico e diluído por lote de mil ações - em R\$	15	(0,044)	(0,008)	(0,044)	(0,008)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XXV S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(28.859)	(5.170)	(28.859)	(5.170)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(28.859)</u>	<u>(5.170)</u>	<u>(28.859)</u>	<u>(5.170)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XXV S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
APORTE INICIAL DE CAPITAL EM 21/10/2022	650.000	-	650.000
Capital a Integralizar	(643.815)	-	(643.815)
Resultado do exercício	-	(5.170)	(5.170)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	<u>6.185</u>	<u>(5.170)</u>	<u>1.015</u>
Integralização de capital	391.181	-	391.181
Prejuízo do exercício	-	(28.859)	(28.859)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	<u>397.366</u>	<u>(34.029)</u>	<u>363.337</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XXV S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do exercício		(28.859)	(5.170)	(28.859)	(5.170)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:					
Equivalência patrimonial	8	1.512	46	-	(1)
Provisões	16	(263)	1.095	(263)	1.095
Depreciação	19	399	-	700	-
Juros locações arrendadas	10	147	-	1.174	-
		<u>(27.064)</u>	<u>(4.029)</u>	<u>(27.248)</u>	<u>(4.076)</u>
Aumento (diminuição) dos passivos operacionais:					
Tributos correntes a recuperar	6	(1.811)	(1)	(1.811)	(1)
Outros ativos	7	(240)	(40)	(362)	(41)
Recebíveis partes relacionadas		(1.354)	(48)	4	(4)
Fornecedores	11	(537)	537	(537)	537
Obrigações tributárias	12	1.931	47	2.379	47
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	14	5.478	2.231	5.478	2.231
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(23.597)</u>	<u>(1.303)</u>	<u>(22.097)</u>	<u>(1.307)</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de imobilizado	9	(243.977)	(4.325)	(349.748)	(4.325)
Investimento em controladas	8	(106.812)	(3)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(350.789)</u>	<u>(4.328)</u>	<u>(349.748)</u>	<u>(4.325)</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aporte de capital	18	391.181	6.185	391.181	6.185
Pagamento de arrendamento	10	(324)	-	(1.380)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>390.857</u>	<u>6.185</u>	<u>389.801</u>	<u>6.185</u>
AUMENTO LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>16.471</u>	<u>554</u>	<u>17.956</u>	<u>553</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		554	-	554	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		17.025	554	18.510	554

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XXV S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A. (“IBH XXV”, “Companhia” ou “Élis Energia”) foi fundada em 11 de agosto de 2022, com nova sede na Rua Gomes de Carvalho, 1510 Conj 162, Vila Olímpia, São Paulo/SP, tendo por objeto social a participação em outras sociedades na qualidade de acionista ou cotista.

As principais atividades da Companhia e de suas controladas (“Grupo”), bem como a natureza das operações do Grupo, são a construção e operação de usinas geradoras de energia solar enquadradas como Geração Distribuída. A companhia tem como controladora indireta o Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Em 2022, a Companhia adquiriu o controle das Sociedades de Propósito Específico (“SPE”) abaixo descritas:

<u>SPE</u>	<u>Localidade</u>
Bahia GD S.A.	Salvador - BA
Ceará GD S.A.	Fortaleza - CE
Goiás GD S.A.	Goiânia - GO
São Paulo GD S.A.	São Paulo - SP
Piauí GD S.A.	Teresina - PI
Pernambuco GD S.A.	Recife - PE
Minas GD S.A.	Belo Horizonte - MG
Pantanal GD S.A.	Cuiabá - MT
Mato Grosso do Sul GD S.A.	Campo Grande - MS
Rio de Janeiro GD S.A.	Rio de Janeiro - RJ

Continuidade das operações

A Companhia se encontra em fase de desenvolvimento, portanto, substancialmente pré-operacional, apresentando capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2023 de R\$12.766 na Controladora e de R\$19.082 no Consolidado (R\$3.275 na Controladora e R\$3.318 no Consolidado em 31 de dezembro de 2022), decorrente substancialmente de gastos incorridos com a construção da infraestrutura de geração solar da Companhia e suas controladas.

Os resultados operacionais verificados no exercício estão alinhados com as estimativas da Administração, especialmente no que diz respeito aos desembolsos pré-operacionais tanto da Companhia quanto de suas controladas.

A Administração possui um plano de ação para monitoramento do seu caixa e necessidade de investimento, que considera aporte de capital por parte de seu acionista, quando necessário. Tais aportes estão previstos no plano de negócios da Companhia o qual fora aprovado pela Administração e pelos acionistas.

Ao longo do ano de 2023, o Grupo iniciou a construção das usinas de geração de energia fotovoltaica na Companhia, com a abertura de filiais, e em suas controladas, sendo que as obras foram parcialmente concluídas na SPE Minas GD S.A., a qual iniciou parcialmente seu faturamento e geração de fluxo de caixa em dezembro de 2023.

Não obstante, a Administração acompanha continuamente a saúde financeira da Companhia e suas controladas, especialmente no que diz respeito à execução de suas atividades em estrita aderência aos seus planos de negócios.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), as quais compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, expectativa razoável de que o Grupo possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pela reavaliação de determinadas propriedades e instrumentos financeiros mensurados aos seus valores reavaliados ou seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, nas quais a Companhia detém o controle. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas:

- (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas.
- (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial.

- (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As transações realizadas nas demonstrações financeiras de cada Companhia são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). A moeda funcional adotada pelo Grupo e sua moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o real.

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada Companhia do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada Companhia, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim de cada período. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira não são novamente convertidos.

2.5. Benefícios a empregados

Um passivo de benefícios a empregados é provisionado com relação aos ordenados e salários, férias e afastamentos por doença no período em que os correspondentes serviços são prestados a um montante não descontado dos benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

Passivos de benefícios a empregados no curto prazo são mensurados pelo montante não descontado dos benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

Passivos de outros benefícios a empregados no longo prazo são mensurados pelo valor presente dos desembolsos de caixa futuros estimados.

2.6. Impostos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Imposto de renda e contribuição social correntes

Na controladora e suas filiais, o imposto corrente se baseia no lucro real do período. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Nas controladas e suas filiais, o imposto corrente se baseia no lucro presumido. Na apuração do lucro presumido, a base de cálculo do imposto é presumida de acordo com o percentual de 32%. Os passivos fiscais correntes do Grupo são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim do período de relatório.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. O lançamento de impostos se baseia no julgamento de profissionais da Companhia suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores fiscais.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do período

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado do período, exceto quando estão relacionados a itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

2.7. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A depreciação é reconhecida de modo que seja feita a baixa contábil do custo ou a avaliação dos ativos (exceto terrenos e construções em andamento) deduzida dos seus valores residuais com base na vida útil, pelo método linear, conforme segue:

- Móveis e utensílios: 10% ao ano.
- Computadores e periféricos: 20% ao ano.
- Benfeitorias em imóveis de terceiros: 20% ao ano.

A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim do período de relatório e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil do correspondente ativo, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que o Grupo espera exercer uma opção de compra deste ativo, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil ativo.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O ganho ou a perda na venda ou baixa de um ativo é determinado pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e é reconhecido no resultado.

A Administração avalia as circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável e quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período findo em 31 de dezembro de 2022, não foram identificadas perdas relacionadas ao valor recuperável dos ativos.

2.8. Intangível

2.8.1. Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada período e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

2.8.2. Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.9. Caixa e equivalentes de caixa

No balanço patrimonial, os saldos de caixa e bancos compreendem caixa (isto é, caixa disponível e depósitos à vista) e equivalentes de caixa. Equivalentes de caixa correspondem a aplicações financeiras (geralmente com vencimento original de três meses ou menos), de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Equivalentes de caixa são mantidos para atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para fins de investimento ou outros fins.

Os saldos bancários para os quais o Grupo está sujeito a restrições contratuais de terceiros são incluídos como parte do caixa, a menos que as restrições resultem em um saldo bancário que não atenda mais à definição de caixa. As restrições contratuais que afetam o uso de saldos bancários estão divulgadas na nota explicativa nº 5. Se as restrições contratuais sobre o uso de caixa corresponderem a um período superior a 12 meses, os valores são classificados como não circulantes no balanço patrimonial.

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são compostos por caixa e equivalentes de caixa conforme definidos acima, líquidos de saldos bancários a descoberto em aberto pagáveis à vista e formam parte integrante da gestão de caixa do Grupo. Esses saldos bancários a descoberto são apresentados como empréstimos de curto prazo no balanço patrimonial.

2.10. Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Porém, os passivos financeiros resultantes quando a transferência de um ativo financeiro não se qualifica para baixa ou quando a abordagem de envolvimento contínuo é aplicável, e os contratos de garantia financeira emitidos pelo Grupo, são mensurados de acordo com as políticas contábeis específicas descritas a seguir.

2.10.1. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido, principalmente, para fins de recompra no curto prazo.
- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.
- For um derivativo, exceto por derivativo que seja um contrato de garantia financeira ou um instrumento de “hedge” designado e efetivo.

O passivo financeiro, exceto pelo passivo financeiro mantido para negociação ou contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado mediante reconhecimento inicial se:

- Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que surgiria de outra forma.
- Passivo financeiro fizer parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros, ou ambos, que seja administrado e cujo desempenho seja avaliado com base no seu valor justo, de acordo com a gestão de risco documentada ou a estratégia de investimento do Grupo, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas internamente nessa base.
- Passivo financeiro fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e o CPC 48 permitir que o contrato combinado como um todo seja designado ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados ao valor justo, sendo que quaisquer ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não fazem parte de uma relação de “hedge” designada (ver política de contabilização de “hedge”). O ganho ou perda líquido reconhecido no resultado incorpora quaisquer juros pagos sobre os passivos financeiros e é incluído na rubrica “Outros ganhos e perdas” (nota explicativa nº 20) no resultado.

Porém, para passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado, o valor das variações no valor justo do passivo financeiro atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em outros resultados abrangentes, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em outros resultados abrangentes resultasse no ou aumentasse o descasamento contábil no resultado. O valor remanescente da variação no valor justo do passivo é reconhecido no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito do passivo financeiro reconhecidas em outros resultados abrangentes não são subsequentemente reclassificadas para o resultado; pelo contrário, elas são transferidas para lucros acumulados quando o passivo financeiro é baixado.

Os ganhos ou as perdas resultantes de contratos de garantia financeira emitidos e designados pelo Grupo ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado.

2.11. Contabilização de “hedge”

O CPC 48 prevê uma abordagem de contabilização de “hedge” com base na Gestão de Riscos da Administração, fundamentada mais em princípios. A norma prevê que a administração deve avaliar as condições e percentuais de efetividade, trazendo uma visão qualitativa ao processo.

O instrumento financeiro derivativo utilizado pela Companhia e suas controladas para fins de proteção é o NDF (“Non-Deliverable Forward”) cambial: são contratos sob os quais a Companhia compra ou vende uma quantidade de moedas a uma taxa cambial fixa para data futura, liquidando a diferença entre a taxa negociada e a taxa apurada no vencimento do contrato, com prazo e volume semelhante ao ativo coberto.

As principais características das atividades de “hedge” das controladas indiretas são baseadas nas Política de Gestão de Riscos que determina as exposições de cada projeto.

2.12. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo, descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos (exceto aqueles que envolvem estimativas) que tenham um impacto significativo sobre os valores reportados e elaborar estimativas e premissas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas se baseiam na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os itens relevantes sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a vida útil do ativo imobilizado, redução ao valor recuperável destes ativos e provisão para riscos. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

4.1. Revisadas e vigentes

Norma	Alteração	Vigência
CPC 50 (IFRS 17) Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021)	A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices. O grupo não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50 (IFRS 17).	01/01/2023
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e Declaração da Prática 2 da IFRS	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de Estimativas Contábeis	01/01/2023

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4.2. Revisadas e não vigentes

Norma	Alteração	Vigência
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture"	Não definida
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto		
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01/01/2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Passivo Não Circulante com "Covenants"	01/01/2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01/01/2024
CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	01/01/2024

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima e pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes	213	554	1.698	554
Aplicações financeiras (i)	16.812	-	16.812	-
Total	17.025	554	18.510	554

- (i) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a títulos em renda fixa representados por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, remuneradas a 90% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (101% em 31 de dezembro de 2022), e pelo Fundo de Investimento PP Portfólio RF, administrado pelo Itaú Unibanco S.A.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRRF - Aplicações financeiras	1.812	1	1.812	1
	1.812	1	1.812	1

7. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Seguros a apropriar	107	-	208	-
Despesas antecipadas	120	-	120	-
Outros	53	32	71	33
Outros ativos circulantes	280	32	399	33
Depósito caução - aluguel	-	8	-	8
Outros ativos não circulantes	-	8	-	8
Total	280	40	399	41

8. INVESTIMENTOS

a) As investidas da Companhia apresentaram a seguinte situação patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

Companhia	Controle	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido - 2023			Patrimônio líquido	Participação no capital integralizado
				AFAC	Capital integralizado	Prejuízo acumulado		
Bahia GD S.A.	Direto	10	5	30	-	(24)	6	100%
Ceará GD S.A.	Direto	14	8	32	-	(26)	6	100%
Goiás GD S.A.	Direto	9.320	8.885	772	-	(336)	436	100%
São Paulo GD S.A.	Direto	5.243	2.675	2.685	-	(118)	2.567	100%
Piauí GD S.A.	Direto	16.714	3.186	13.637	-	(109)	13.528	100%
Pernambuco GD S.A.	Direto	29	2	46	-	(19)	27	100%
Minas GD S.A.	Direto	71.443	6.574	55.797	9.579	(507)	64.869	100%
Pantanal GD S.A.	Direto	34.127	10.381	24.115	2	(372)	23.746	100%
Mato Grosso do Sul GD S.A.	Direto	1.030	958	112	-	(40)	72	100%
Total		137.930	32.674	97.226	9.581	(1.551)	105.257	

Companhia	Controle	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido - 2022			Insuficiência de patrimônio líquido	Participação no capital integralizado
				AFAC	Capital integralizado	Prejuízo acumulado		
Bahia GD S.A.	Direto	-	7	-	-	(7)	(7)	100%
Ceará GD S.A.	Direto	-	8	-	-	(8)	(8)	100%
Goiás GD S.A.	Direto	-	4	-	-	(4)	(4)	100%
São Paulo GD S.A.	Direto	-	-	-	-	-	-	100%
Piauí GD S.A.	Direto	-	4	-	-	(4)	(4)	100%
Pernambuco GD S.A.	Direto	-	5	-	-	(5)	(5)	100%
Minas GD S.A.	Direto	-	6	-	-	(6)	(6)	100%
Pantanal GD S.A.	Direto	-	7	-	2	(7)	(5)	100%
Mato Grosso do Sul GD S.A.	Direto	2	5	-	-	(5)	(4)	100%
Total		2	46	-	2	(46)	(43)	

b) Movimentação dos investimentos:

<u>Companhia</u>	<u>Valor da provisão para perda em investimento em 2022</u>	<u>Aporte de capital</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Valor do investimento em 2023</u>
Bahia GD S.A.	(7)	30	(17)	6
Ceará GD S.A.	(8)	32	(18)	6
Goiás GD S.A.	(4)	772	(332)	436
São Paulo GD S.A.	-	2.685	(118)	2.567
Piauí GD S.A.	(4)	13.637	(104)	13.528
Pernambuco GD S.A.	(5)	46	(14)	27
Minas GD S.A.	(6)	65.376	(501)	64.869
Pantanal GD S.A.	(5)	24.115	(365)	23.746
Mato Grosso do Sul GD S.A.	(4)	112	(36)	72
Rio de Janeiro GD S.A.	-	8	(8)	-
Total	(43)	106.812	(1.512)	105.257

<u>Companhia</u>	<u>Data da constituição (11/08/2022)</u>	<u>Aporte de capital</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Valor da provisão para perda em investimentos em 2022</u>
Bahia GD S.A.	-	-	(7)	(7)
Ceará GD S.A.	-	-	(8)	(8)
Goiás GD S.A.	-	-	(4)	(4)
São Paulo GD S.A.	-	-	-	-
Piauí GD S.A.	-	-	(4)	(4)
Pernambuco GD S.A.	-	-	(5)	(5)
Minas GD S.A.	-	-	(6)	(6)
Pantanal GD S.A.	-	2	(7)	(5)
Mato Grosso do Sul GD S.A.	-	-	(5)	(4)
Rio de Janeiro GD S.A.	-	-	-	-
Total	-	2	(46)	(43)

9. IMOBILIZADO

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imobilizado administrativo em uso	1.105	152	1.117	152
Adiantamento a fornecedores (i)	45.967	-	47.388	-
Importação em andamento (i)	25.362	3.921	25.362	3.921
Usinas em construção (ii)	198.743	252	309.045	252
Total	271.177	4.325	382.912	4.325

- (i) Adiantamento e Importações em andamento referente à compra de módulos fotovoltaicos e inversores. No momento das entregas dos materiais, os valores são incorporados ao ativo imobilizado.
- (ii) O imobilizado operacional em construção inclui: (a) máquinas e equipamentos; (b) custos com consultoria técnica, honorários advocatícios, gestão ambiental, serviços relacionados ao projeto básico e engenharia e despesas de viagens. São custos realizados em função da implementação do projeto e que no momento da unitização serão rateados e alocados proporcionalmente aos ativos principais.

9.1. Composição do Imobilizado administrativo em uso

Bens	Controladora			Controladora		
	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Móveis e utensílios	116	(8)	108	-	-	-
Computadores e periféricos	360	(54)	306	152	-	152
Benfeitorias em imóveis de terceiros	791	(100)	691	-	-	-
Total	1.267	(162)	1.105	152	-	152

Bens	Consolidado			Consolidado		
	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Móveis e utensílios	116	(8)	108	-	-	-
Computadores e periféricos	372	(54)	318	152	-	152
Benfeitorias em imóveis de terceiros	791	(100)	691	-	-	-
Total	1.279	(162)	1.117	152	-	152

9.2. Movimentação do Imobilizado

Bens	Controladora						
	Adições	Depreciação	31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2023
Móveis e utensílios	-	-	-	116	-	(8)	108
Computadores e periféricos	152	-	152	208	-	(54)	306
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	-	791	-	(100)	691
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	45.968	-	-	45.968
Importação em Andamento	3.921	-	3.921	21.441	-	-	25.362
Usinas em construção	252	-	252	198.743	(252)	-	198.743
Total	4.325	-	4.325	267.267	(252)	(162)	271.178

Bens	Consolidado						
	Adições	Depreciação	31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2023
Móveis e utensílios	-	-	-	116	-	(8)	108
Computadores e periféricos	152	-	152	220	-	(54)	318
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	-	791	-	(100)	691
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	47.388	-	-	47.388
Importação em Andamento	3.921	-	3.921	21.441	-	-	25.362
Usinas em construção	252	-	252	309.045	(252)	-	309.045
Total	4.173	-	4.325	379.001	(252)	(162)	382.912

10. ARRENDAMENTOS

a) Ativos de direito de uso por empresa:

Contrato	Controladora				Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022	
	Locações arrendadas	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Locações arrendadas	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Infraestrutura Brasil XXV S.A.	1.579	(236)	1.343	-	1.579	(237)	1.343	-
São Paulo GD S.A.	-	-	-	-	2.670	(23)	2.647	-
Pantanal GD S.A.	-	-	-	-	8.469	(73)	8.396	-
Goiás GD S.A.	-	-	-	-	8.886	(66)	8.819	-
Piauí GD S.A.	-	-	-	-	1.549	(15)	1.534	-
Minas GD S.A.	-	-	-	-	4.108	(118)	3.990	-
Mato Grosso do Sul GD S.A.	-	-	-	-	902	(3)	899	-
Total	1.579	(236)	1.343	-	28.162	(535)	27.628	-

- b) Movimentação do direito de uso durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo no início do exercício	-	-	-	-
Adições	1.579	-	28.161	-
Baixas	-	-	-	-
Depreciação	(236)	-	(535)	-
Saldo no fim do exercício	<u>1.343</u>	<u>-</u>	<u>27.627</u>	<u>-</u>

- c) Passivos de arrendamento por empresa:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Infraestrutura Brasil XXV S.A.	264	-	264	-
São Paulo GD S.A.	-	-	13	-
Pantanal GD S.A.	-	-	32	-
Goiás GD S.A.	-	-	26	-
Piauí GD S.A.	-	-	7	-
Minas GD S.A.	-	-	25	-
Mato Grosso do Sul GD S.A.	-	-	3	-
Total passivo circulante	<u>264</u>	<u>-</u>	<u>370</u>	<u>-</u>

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Infraestrutura Brasil XXV S.A.	1.138	-	1.138	-
São Paulo GD S.A.	-	-	2.660	-
Pantanal GD S.A.	-	-	8.428	-
Goiás GD S.A.	-	-	8.854	-
Piauí GD S.A.	-	-	1.541	-
Minas GD S.A.	-	-	4.066	-
Mato Grosso do Sul GD S.A.	-	-	899	-
Total passivo não circulante	<u>1.138</u>	<u>-</u>	<u>27.585</u>	<u>-</u>

- d) Movimentação do passivo de arrendamento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo no início do exercício	-	-	-	-
Adições	1.579	-	28.161	-
Juros	147	-	1.174	-
Pagamento	(324)	-	(1.380)	-
Saldo no fim do exercício	<u>1.402</u>	<u>-</u>	<u>27.955</u>	<u>-</u>

11. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores nacionais	23.037	537	29.002	537
Total	<u>23.037</u>	<u>537</u>	<u>29.002</u>	<u>537</u>

12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
IRPJ e CSLL a pagar	-	1	14	1
PIS e COFINS a pagar	29	1	35	1
Impostos retidos de terceiros	1.949	46	2.377	46
Total	<u>1.978</u>	<u>47</u>	<u>2.426</u>	<u>47</u>

13. PROVISÕES DIVERSAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas administrativas	56	141	56	141
Despesas trabalhistas	-	46	-	46
Despesas financeiras	318	-	318	-
Honorários advocatícios	458	908	458	908
Total	<u>832</u>	<u>1.095</u>	<u>832</u>	<u>1.095</u>

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Encargos sociais a pagar	733	236	733	236
Provisão para férias	725	86	725	86
Bônus não habitual	-	1.909	-	1.909
Provisão de PLR	5.715	-	5.715	-
Total - passivo circulante	<u>7.173</u>	<u>2.231</u>	<u>7.173</u>	<u>2.231</u>

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Incentivo de Longo Prazo (i)	536	-	536	-
Total - passivo não circulante	<u>536</u>	<u>-</u>	<u>536</u>	<u>-</u>

(i) Os contratos de outorga do Incentivo de Longo Prazo (ILP) foram firmados pela Companhia e representam a outorga do direito sobre valorização de investimento pela Assembleia Geral, o qual está sujeita ao limite global de 5% (cinco por cento) do Ganho do Acionista. O Plano do Incentivo de Longo Prazo tem por objetivo permitir que seus Beneficiários façam jus, de acordo com os termos e condições previstos, ao Incentivo, consubstanciado no direito ao recebimento de valor em dinheiro, ou de ações de emissão da Holding ou da Companhia, conforme o caso, atrelado a potencial valorização do investimento realizado pelo Acionista Controlador, proporcional ao percentual atribuído a cada Beneficiário. O pagamento de qualquer valor devido a título de Incentivo ocorrerá apenas no âmbito de um Evento de Liquidez decorrente de uma Transferência de Controle da Holding e/ou da Companhia. A atual previsão é que o pagamento deverá ser realizado pela Companhia, em dinheiro, mediante transferência eletrônica de recursos aos Beneficiários.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia possui capital social registrado no valor de R\$650.000, composto por 650.000.400 ações ordinárias nominativas, 100% subscritadas pelo acionista Infraestrutura Brasil Holding XXIV S.A., sendo parcialmente integralizado em R\$397.366 em 31 de dezembro de 2023 (R\$6.185 em 31 de dezembro de 2022).

b) Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo do exercício aos montantes utilizados para calcular o resultado básico e diluído por ação:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Prejuízo do exercício	(28.859)	(5.170)
Quantidade de ações	<u>650.000</u>	<u>650.000</u>
Prejuízos básico e diluído por ação	<u>(0,0444)</u>	<u>(0,0080)</u>

16. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita com locação de usina	-	-	166	-
(-) PIS/Cofins	-	-	<u>(6)</u>	-
Receita líquida	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>160</u>	<u>-</u>

17. DESPESAS COM PESSOAL

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Salários e encargos	(10.196)	(639)	(10.196)	(639)
Provisão ILP	(536)	-	(536)	-
(Despesa) Reversão de bonus	51	(1.917)	51	(1.917)
PLR	(5.715)	-	(5.715)	-
Benefícios	(1.042)	(61)	(1.042)	(61)
Outras despesas	(1.949)	(150)	(1.949)	(150)
Total	<u>(19.387)</u>	<u>(2.767)</u>	<u>(19.387)</u>	<u>(2.767)</u>

18. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas de ocupação e escritório	(437)	(61)	(461)	(69)
Despesas com viagens e estadias	(511)	(30)	(511)	(30)
Serviços de terceiros	(3.293)	(2.200)	(3.454)	(2.237)
Softwares e suporte de informática	(308)	(9)	(308)	(9)
Outras despesas	(175)	-	(243)	-
Total	<u>(4.724)</u>	<u>(2.300)</u>	<u>(4.977)</u>	<u>(2.345)</u>

19. DEPRECIAÇÃO

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Depreciação locações arrendadas	(237)	-	(538)	-
Depreciação	(162)	-	(162)	-
Total	<u>(399)</u>	<u>-</u>	<u>(700)</u>	<u>-</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Rendimento de aplicações financeiras	8.517	1	8.518	1
Descontos obtidos	919	-	924	-
Variação cambial ativa	1.073	-	1.073	-
Receitas financeiras Total	<u>10.508</u>	<u>1</u>	<u>10.515</u>	<u>1</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
PIS/COFINS sob receita financeira	(439)	-	(439)	-
Juros de mora	(319)	-	(321)	-
IOF	(123)	-	(123)	-
Comissão s/ carta de crédito	(172)	(55)	(172)	(55)
Multa, juros, tarifas bancárias	(153)	(3)	(162)	(3)
Juros locações arrendadas	(147)	-	(1.174)	-
Resultado "hedge"	(3.567)	-	(3.567)	-
Variação cambial passiva	(8.425)	-	(8.425)	-
Despesas financeiras Total	<u>(13.345)</u>	<u>(58)</u>	<u>(14.383)</u>	<u>(58)</u>

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2023 foram constituídas com base nas alíquotas vigentes e nos lucros tributáveis ajustados pela legislação específica.

A alíquota do Imposto de Renda é de 15% com um adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que exceder 240. A Contribuição Social é calculada sobre o lucro ajustado na forma legal, à alíquota de 9%.

A Companhia apresentou prejuízo fiscal no período e os impostos diferidos sobre o prejuízo fiscal não foram reconhecidos, pois a Companhia não apresentou lucro tributável.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(28.860)	(5.170)	(28.860)	(5.170)
Alíquotas nominais vigentes	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de IRPJ e CSLL	(9.812)	(1.758)	(9.812)	(1.758)
Adições e exclusões, líquidas	514	1.241	514	1.241
Tributação pelo regime de lucro presumido	-	-	(14)	-
Parcela não reconhecida de crédito tributário	<u>(9.298)</u>	<u>(517)</u>	<u>(9.298)</u>	<u>(517)</u>
Despesa de IRPJ e CSLL	-	-	(14)	-

22. PARTES RELACIONADAS

22.1. Recebíveis de partes relacionadas

Os valores a receber das investidas são decorrentes de aquisição de equipamentos e que foram repassados para as controladas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IBH XXIV S.A.	-	4	-	4
Bahia GD S.A.	-	7	-	-
Ceará GD S.A.	-	8	-	-
Goiás GD S.A.	-	4	-	-
Piauí GD S.A.	150	4	-	-
Pernambuco GD S.A.	-	5	-	-
Minas GD S.A.	968	6	-	-
Pantanal GD S.A.	233	5	-	-
Mato Grosso do Sul GD S.A.	50	5	-	-
São Paulo GD S.A.	-	-	-	-
Total	1.401	48	-	4

22.2. Remuneração da Administração

O pessoal da alta administração inclui os diretores estatutários e os diretores administrativos. A remuneração paga ou a pagar por serviços é realizada pela Companhia e está representada por montantes de R\$10.497 em 31 de dezembro de 2023 (R\$2.204 em 31 de dezembro de 2022), classificado na rubrica de despesas com pessoal no resultado do período consolidado.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração.

a) Gestão de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. As operações financeiras são realizadas de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Administração. Os riscos mais significativos são:

(i) Risco de liquidez

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. A Companhia utiliza instrumentos de financiamentos bem como aportes recebidos do acionista para cobertura dos custos de implementação e exigibilidades de curto prazo.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

(iii) Riscos cambiais

A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e quando necessários contrata instrumentos de proteção para evitar variações significativas em seu fluxo de caixa.

b) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do Grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função das variações do CDI e IPCA.

		Controladora					
		31/12/2023					
Instrumento	Indexador	Saldo em exposição	Cenário I	Cenário II		Cenário III	
			Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
	CDI		90%	67,5%	115%	45%	135%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	17.025	15.323	11.492	19.579	7.661	22.984
		Consolidado					
		31/12/2023					
Instrumento	Indexador	Saldo em exposição	Cenário I	Cenário II		Cenário III	
			Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
	CDI		90%	67,5%	115%	45%	135%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	18.510	16.659	12.494	21.287	8.330	24.989

24. PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Élis Energia, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingência.

No período não existem processos classificados como possíveis ou prováveis nas esferas cíveis, trabalhista e tributária que requeiram divulgação.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) Em 9 de janeiro de 2024, a Companhia celebrou o Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, pelo Rito de Registro Automático de Distribuição, Destinada a Investidores Profissionais, Sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, no montante total de R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), cuja primeira parcela de R\$218.660.000,00 (duzentos e dezoito milhões, seiscentos e sessenta mil reais) foi desembolsada em 11 de janeiro de 2024 e o saldo remanescente deverá ser aportado em até 3 parcelas até Julho/2024. A remuneração das debentures é por meio da variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI acrescida de um spread de 2,35% ao ano com vencimento em 22 junho de 2025.

Além da remuneração acima mencionada a Companhia deverá pagar aos coordenadores:

- Comissão de disponibilidade: 1,35% ao ano.
 - Comissão de Escrituração: 1% “flat” incidente sobre o valor total da emissão.
 - Prêmio de Garantia Firme: comissão de 0,25% “flat” incidente sobre o valor Total da Emissão.
- b) Em janeiro de 2024 foi aprovado o aumento de capital da controlada São Paulo GD no valor de R\$2.550 a título de conversão de AFAC anteriormente efetuado pela Companhia.
- c) Em janeiro de 2024 também foi aprovado o aumento de capital da controlada Minas GD no valor de R\$7.650 a título de conversão de AFAC anteriormente efetuado pela Companhia, além de R\$22.092 a título de integralização de bens ao capital.

26. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

As transações listadas a seguir afetaram as informações contábeis, contudo não impactaram o caixa.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores para aquisição de imobilizado	23.037	-	29.002	-
Impactos de CPC 06 (R2) Arrendamento Mercantil	1.579	-	28.161	-

27. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os administradores da Companhia declaram que (i) revisaram, discutiram e concordam com as informações contidas nas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e (ii) todas as informações relevantes relacionadas às Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e apenas elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na sua gestão. Portanto, em 28 de fevereiro de 2024 foi aprovada a emissão das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.